

## Desprestígio racial, desperdício social e branqueamento do êxito

Alain Pascal Kaly\*

**Resumo:** Este ensaio pretende demonstrar o quanto que ideias de raça ainda interferem na forma como se constituem expectativas de emprego e carreiras profissionais para a população negra do Brasil, assim como, na forma como são construídas memórias de orgulho a respeito de descobertas e invenções de cientistas – geralmente, branqueando o êxito intelectual ou profissional. Deste modo, poderemos perceber a presença e a interferência de ideias de raça na configuração de projetos de desenvolvimento, nas políticas públicas e no mercado de trabalho do Brasil.

**Palavras-chave:** Racismo; Oportunidade; Distinção Social.

**Abstract:** This essay intends to show how ideas of race has yet made influence in the expectations of jobs or carriers of black people in Brazil, and also in their pride memories about scientist's discoveries and inventions – in general, whitening the intellectual or professional success. So we can note the presence and interference of ideas of race in building development projects, welfare politics and access to working market in Brazil.

**Key words:** Racism; Opportunity; Social Distinction.



\* **ALAIN PASCAL KALY** é de nacionalidade senegalesa, Doutor em Sociologia, Prof. de História Social e Culturas Africanas do Departamento de História da UFRR, pós-doutorando em História na Unicamp e Presidente da ONG *VIDA Brasil*. Pelo desenvolvimento deste artigo, agradeço a Adilma e Ana Maria, que me enviaram os documentos sobre o *Projeto Equidade* (2007), a Damien Hazard, que encaminhou o seu depoimento, a Deyse Luciano de Jesus Santos, que fez a primeira leitura, à ONG *VIDA Brasil/Salvador*, ao CEAFFRO e ao Instituto Steve Biko.

## Introdução

A nova fase do capitalismo brasileiro no segundo mandato do presidente Inácio Lula da Silva e no atual governo da presidente Dilma vem colocando as autoridades em estado de alerta. Segundo as projeções, o país já está tendo crises de mão-de-obra altamente qualificada para atender as demandas cada vez maiores das indústrias. As mesmas projeções salientam que, nos próximos cinco anos, o país terá o seu desenvolvimento industrial quase comprometido devido à falta de engenheiros em diversos setores. O ministro Mercadante vem anunciando medidas a curto, médio e longo prazo para que o país possa dispor desta mão-de-obra altamente qualificada: contratação de pesquisadores e professores renomados para ingressar nas universidades públicas; enviar estudantes para fazerem mestrados e doutorados em diversos países desenvolvidos, tal como fizera o Japão durante e depois da Restauração Meiji.

Como morador do Centro do Rio de Janeiro há alguns anos, passei a ficar no final de semana em frente da Câmara dos Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro, da Biblioteca Nacional ou da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), que são lugares geralmente utilizados como cenários para fotos de formatura. Tais passeios me possibilitavam acompanhar os formandos de diversas universidades e cursos, quase sempre acompanhados por familiares e amigos. Nessa situação,



o que me chamou a atenção foram os graus da tonalidade da cor da pele dos formandos e dos funcionários das empresas responsável por suas formaturas. Entre os funcionários das empresas, parecia haver uma relação ou coincidências entre o grau da tonalidade da cor da pele e a função exercida.

Os responsáveis graduados da empresa eram todos, ou quase todos, brancos; os fotógrafos eram brancos ou mestiços claros. Os funcionários da segurança, da distribuição das becas, dos ajustes e do serviço de água tinham a tonalidade da cor da pele entre preta e morena escura. Nos cursos de maiores prestígios, quase todos os formandos eram brancos ou mestiços claros. Aliás, quando eu, senegalês e negro, fazia o curso de fotografia no SENAC de *Sete Portas* em Salvador, o nosso professor de prática dizia que, em Salvador, era quase impossível um fotógrafo negro ser contratado para fotografar eventos (casamentos, aniversários...) de pessoas endinheiradas.

No dia 27 de agosto de 2011, a comunidade senegalesa do Rio de Janeiro foi convidada para assistir à formatura do nosso conterrâneo Issa Toure, que fez graduação em Administração de Empresa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na entrada, havia as fotos dos formandos para que parentes e amigos deixassem seus votos. Ao adentrar na sala, encontrei o mesmo cenário anterior: os seguranças, bem fortes, eram todos, ou quase todos, negros

(pretos e clarinhos) com ares ferozes; o mestre de cerimônia e os fotógrafos eram mestiços claros e brancos. A composição da plateia de parentes e amigos dos formandos me fazia indagar se não haveria negros inteligentes capazes de estudar nas universidades públicas de ponta do Brasil. Quando entraram os formandos, ouviam-se os seguintes comentários: “Tem um africano e um japonês”. Não havia um japonês, mas sim um brasileiro de ascendência japonesa. Naquele dia, havia 40 formandos brasileiros (um negro e 39 brancos). No momento de receber o diploma, os colegas gritaram, carinhosamente ou não, “Jacaré!”.

Todo este prelúdio serve como ponto de partida para minha reflexão a respeito dos impactos negativos do **branqueamento** em determinadas profissões do Brasil nesta nova era do capitalismo, em que observo um verdadeiro desperdício de talentos por o país ter decidido, desde muito cedo, o destino profissional de milhares de brasileiros não-brancos. A configuração de oportunidades, o complexo cultural-comportamental e as instituições educacionais, econômicas e sociais ainda fazem sonhar baixíssimo este setor (majoritário) da população brasileira, exercendo profissões periféricas, sem grande possibilidade de sair do círculo da pobreza. Por fim, focaremos os impactos negativos da cidadania periférica que assola a grande maioria dos brasileiros não-brancos na escolha dos cursos universitários.

### **Branqueamento do Êxito e do Orgulho**

Foi no dia 26 de janeiro de 1944, dois meses depois do início da campanha da Itália. Enquanto os exércitos americanos, franceses e britânicos se dirigiam para Roma, o papa Pio XII mandava o seu

Secretário de Estado, o cardeal Luigi Maglione, para encontrar o embaixador da Inglaterra no Vaticano, Sir Francis Godolphin D’Arcy Osborne, para lhe fazer uma surpreendente proposta.

Sir Francis D’Arcy Osborne transmitiu imediatamente, por telegrama, o pedido do Vaticano ao alto comando das forças aliadas: “O papa espera que não haja soldados de cor (africanos, afro-americanos, caribenhos, marroquinos e argelinos) nas tropas que ficarão em Roma depois da reconquista da Itália”. (*Apud*: BILE, 2008: 74)

Vou ter de comprar um carro. Não aguento mais as humilhações dos motoristas de taxi, sobretudo à noite. (Doutorando Senegalês da UFRJ)

Bassidiki Coulibaly, em seu livro **Du crime d’être “Noir”**: **Un milliard de “noirs” dans une Prison Identitaire** (2006), traz uma questão, à primeira vista, ultrapassada: Por que o mundo está no século XXI e qual é o lugar do negro? Neste século, caracterizado pela ultramodernidade, por identidades em constantes redefinições, pela aceitação científica da inexistência das quatro “raças” outrora ensinadas nas escolas, por uma constante reformulação poética e cultural, que Edouard Glissant denominou “*Du Tout-Monde*”, a questão de Bassidiki Coulibaly pode parecer ultrapassada, mas muitos fardos comportamentais e institucionais demonstram que não.

Ao tratar do cenário histórico-social francês, Bassidiki Coulibaly salienta que, desde que os negros foram colocados fora do mundo dos humanos pelo *Côde Noir* de Colbert (1619-1683), não conseguiram de fato reintegrar-se plenamente ao mundo do trabalho pela “porta da frente”. No caso do Brasil, passado mais de um século da abolição

jurídica da escravidão no Brasil, será que o que está contido em “**ser negro**” no Brasil (altamente interpenetrado, intermestiçado e ultramoderno) parou de ser sinônimo de crime, de debilidade psicológica, mental, moral, ética e intelectual?

A escravidão é muito mais do que um fato histórico a ser apressadamente estudado, catalogado, analisado e musealizado, como bem salientava Françoise Vergès. Os impactos negativos da escravidão e da colonização

continuam vitimando milhares de jovens brasileiros não-brancos em comunidades carentes ou favelas, nas quais as escolas são de pior qualidade e não oferecem uma alternativa consistente em relação à vulnerabilidade social de seu entorno. Na verdade, a escravidão é um fato composto por diversos rizomas, cujas repercussões em plano social, político, econômico,

moral, cultural ou jurídico ainda reverberam em nosso presente, incidindo: (1) na estruturação da personalidade dos indivíduos; (2) nas identidades individuais e coletivas da sociedade e da nação; (3) nas cartografias profissionais e habitacionais; (4) na qualidade de infraestruturas profissionalizantes; (5) na circulação do dinheiro; (6) no acesso aos bens de consumo culturais; (7) nos graus do direito à cidadania.

As últimas décadas vêm presenciando publicações de livros sobre a filosofia na África, sobre inventores e pesquisadores negros de ponta, sobre memórias e as contribuições da África, de africanos e dos afros às civilizações mundiais. Ora, este tipo de projeção torna explícito algo até então tácito: Se a ciência decretou definitivamente que somos todos humanos e existe somente a raça humana, por que tanta necessidade de *narrativa afirmativa da humanidade do negro*?



Benjamin Benneker (1731-1806)

Certa vez, Thomas Jefferson (1743-1826) apresentou aos americanos o primeiro relógio fabricado no país pelo inventor Benjamin Benneker (1731-1806). A invenção, de 1753, foi fator de orgulho depois da independência (1776), até o dia em que se descobriu que o inventor era negro. Em seu livro **Inventeurs et Savants Noirs** (1998), Yves Antoine salienta que há décadas os

intelectuais africanos e das diásporas

negras vêm publicando livros sobre os inventores e pesquisadores negros de alto nível nas ciências exatas. A leitura do livro vai revelando que o pensador pretendia responder como e por que ocorreu um silenciamento a respeito das contribuições destes pesquisadores, ou seja, como se deu a construção ideológica que tendeu a branquear as narrativas sobre êxitos e descobertas científicas:



No fundo, a ocultação dos trabalhos importantes do homem negro constitui uma violência simbólica, segundo a concepção de Pierre Bourdieu. Todos os seus desejos ou suas tentativas de se adequar aos modelos legitimadores são frustrados. As diversas frustrações visam a abalar a sua auto-estima e a sua confiança em si mesmo. (ANTOINE, 1998: 13)

Tais reflexões revelam que as lutas pelo resgate da dignidade humana por parte de africanos escravizados desde o século XV encontram-se ainda atuais. Tais lutas consistem em provar o seu lugar na humanidade, independentemente da sua nacionalidade e status social. Afinal, o que teria levado Lilian Thuram, o famoso e rico jogador francês<sup>1</sup>, a escrever um livro (**Mes étoiles noires: De Lucy à Barack Obama**, de 2010) cuja linha norteadora de sua narrativa consiste em resgatar a auto-estima de franceses de ascendência africana? O livro de Thuram aponta que fama e riqueza não conferem automaticamente acesso à cidadania plena quando se referem a descendentes de escravos ou colonizados na França.

A lista de exemplos deste tipo de *narrativa afirmativa da humanidade do negro* poderia se estender por muitas linhas. Eis mais alguns exemplos: Frederick Douglass (**La vie de Frederick Douglass, esclave américain, écrite par lui-même**, publicado em 1845); Antenor Firmin (**L'égalité des races humaines**, de 1885); de Jean Price-Mars (**Ainsi parla l'oncle**, de 1927); René Maran (**Batoula**, de 1927); os trabalhos dos pensadores do Movimento da Negritude (Aimé Césaire, Damas e Senghor);

<sup>1</sup>Agradeço Agnes Darriet por me oferecer o livro e poder discuti-lo com ela depois da leitura.

Cheikh Anta Diop (**Nations Negres et Culture**, de 1954); Sylvia Serbin (**Reines d'Afrique et héroïnes de la diáspora noire**, de 2005); ou ainda a obra coletiva **Tecendo memórias, gestando futuro: Historia das Irmãs Negras e Indígenas Missionárias de Jesus Crucificado**, de 2009.

Ora, a simples existência desse tipo de produção intelectual demonstra o quanto há de cidadania incompleta ou interrompida em vários centros do capitalismo mundial, pretendidamente democráticos. Os livros de Brown e Dioume (**Inventeurs et héros noirs**) e de Yves Antoine (**Inventeurs et savants noirs**) expõem o quanto que a questão da raça ou da cor da pele constituiu grandes empecilhos para a democratização do acesso ao ensino de melhor qualidade para todas as camadas não-brancas da população do Novo Mundo entre os séculos XVIII e XX. Entre as maiores vítimas, estão os jovens afro-americanos. O tipo de ensino ao qual têm acesso já os encaminha para formas subalternas de profissionalização.

Segundo Kenneth Clark (1966: 105), os impactos da injustiça social historicamente enraizada podem vir a ser corrigidos, mas os danos causados na formação da personalidade desde a infância são duradouros. É fundamental, portanto, que este tipo de degradação social que se manifesta em plano individual seja entendido como o resultado de uma configuração social historicamente construída, que reforça padrões comportamentais de baixa auto-estima. Afinal, não é a cor da pele que fere uma criança negra, mas sim o valor, socialmente construído, que confere desprestígio ou nega o acesso ao indivíduo em função da cor da sua pele, textura de seu cabelo e demais conformações fenotípicas.

### Sonhos (a)tingidos pela Cor

Coloquem o homem branco no gueto, tire dele as vantagens da instrução escolar; façam de tal modo que ele tenha de lutar penosamente para manter o seu respeito; deem-lhe poucas condições para que ele possa preservar a sua intimidade e ter pouco acesso ao lazer. Após algum tempo, ele assumiria as características que vocês atribuem aos negros. Tais características não decorrem da cor da pele, mas da condição social na qual foi inserido o ser humano. (GRIFFIN, 1998: 143)

Em 22 de setembro de 2011, fui convidado por dois alunos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) para proferir uma palestra para os alunos do Colégio Estadual Eng. Gustavo Dutra sobre as culturas na África. Essa escola fica em frente da mesma universidade. Eram duas turmas do nível médio (segundo e terceiro anos). Na véspera, decidi mudar o tema da conversa e focar a questão da auto-estima. Antes de iniciar a fala, fui perguntando a cada aluno o que eles sabiam sobre a África. Resposta: “guerras, fome, mortes...” A segunda pergunta foi sobre o que cada um pretendia ser profissionalmente. Resposta: “quero ser médica; quero ser engenheiro florestal, químico, mecânico, informática, veterinário, agrônomo...”. A terceira pergunta foi: O que vocês conhecem sobre o Egito Faraônico? Resultado: Todos situaram o Egito na Ásia.

Após as respostas, perguntei automaticamente: Quais imagens dos bairros de vocês as televisões mostram? Resposta: **tráfico, traficantes, mortos, tiroteios...** Como no caso da África, as imagens veiculadas pelas televisões sobre os bairros de tais alunos eram

desvalorizantes, cheias de estereótipos, contribuindo para que aqueles jovens começassem muito cedo um processo de auto-rejeição depreciativa, minando, assim, quaisquer possibilidades de construção de uma auto-estima positiva.

Ao longo de minha exposição, fui mostrando que o batom, os perfumes, os colares e pulseiras usados no dia-a-dia pelas adolescentes e as mulheres foram inventados no Egito Faraônico. A cada dia estamos nos beneficiando das invenções oriundas do continente africano, sem saber por que a sua origem geográfica e cultural é recorrentemente esquecida. Durante minha exposição, a audiência ficou marcada pelo silêncio, não de respeito ou de interesse, mas de dúvida. Os alunos (e sua professora) não acreditavam que o Egito, situado na África, pudesse ter legado invenções que faziam parte de seu cotidiano.

O ensino de História da África efetivamente praticado no ensino básico do Brasil contribui, infelizmente, para a desintegração psicológica dos alunos de ascendência africana, transformando-os em eternos atletas sem “linha de chegada” e incertas “linhas de partida”. Quando observamos os alunos do Colégio Estadual Eng. Gustavo Dutra afirmarem as profissões que gostariam de ter, falavam de áreas tradicionais de conhecimento da UFRRJ, sua vizinha, cujo campo-sede praticamente se confunde com o município de Seropédica. Nenhum aluno se referiu a qualquer profissão relacionada à área de Humanidades (a área de sua professora), embora em frente à escola esteja o prédio, com letras visíveis, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS).

Através dos olhares da professora de História ao ouvir os sonhos de seus alunos, eu via os mesmos olhares deterministas da sociedade em geral.

Era perceptível que ela não acreditava na possibilidade de quaisquer de seus alunos terem êxito no acesso à carreira sonhada. Era certo para ela que seus alunos não teriam capacidade de alcançar média no ENEM. A descrença nas capacidades intelectuais dos alunos parece tanta que os próprios professores, sem perceber, já canalizam os alunos a lutar pelas profissões da periferia. Alguns dos alunos poderiam vir a ser engenheiros ou médicos, mas muito provavelmente por meio das universidades privadas do Brasil, cuja qualidade do ensino, em geral, é baixa se comparada com as universidades públicas.

A maneira alegre com a qual os adolescentes responderam sobre a profissão sonhada tornava, momentaneamente, invisíveis as heranças das feridas profundas e graves infligidas pela crença ideológica da sociedade sobre a inferioridade do negro ou das pessoas moradoras nas comunidades carentes ou favelas, todas fadadas à marginalidade, à opressão e a uma vida de sobressaltos no mercado de trabalho. Não seria o enraizamento desta crença que leva as autoridades a nunca se preocuparem com a qualidade do ensino básico gratuito nas periferias?

Este tipo de crença incapacita os jovens já no “ponto de partida” (a escola), tornando “natural” que determinados agrupamentos sociais ou geodistritais encarem-se, na prática, como incapazes de ter ou fazer diversos cursos de prestígios e de altos salários. Sem saber, tais jovens estão presos a um sistema ideológico de exclusão, que se manifesta na ausência de políticas públicas que os encarem efetivamente como capazes de alcançar profissões que os livressem de viver na incerteza e vulnerabilidade social; que os livressem de manter baixos os seus horizontes de

expectativas de profissionalização. A distribuição de escolas técnicas públicas na malha do ensino básico do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, tende a ratificar o *status quo*, o que explica, em larga medida, as (de)gradações de cor e profissão que observei nos (de)graus de formandos nas escadarias da ALERJ e da Biblioteca Nacional. Mais do que ter *escolas* para haver *escolhas*, há de se ter *políticas públicas* para haver *acesso qualificado* e *permanência com equidade*, de modo que o êxito ou o fracasso seja efetivamente definido pelas escolhas do indivíduo e não pela sua cor ou origem social.

Perto de minha casa, no Bairro de Santa Teresa da Cidade do Rio de Janeiro, há um centro de formação para “Jovens Aprendiz”. Dezenas de mães estão sempre “fazendo fila” para conseguir uma vaga para seus filhos. Este tipo de centro de formação profissionalizante é muito frequente nas regiões cariocas em que há proximidade com bairros pobres e favelas, em que a população é majoritariamente negra. Além de treinamento e encaminhar para empregos (subalternos), há na busca por tais centros uma mística que gira em torno do “primeiro emprego” e de ter a “carteira de trabalho assinada” como condição de possibilidade para o jovem (negro e pobre) não ingressar numa vida de criminalidade. A “carteira de trabalho assinada” passa a ser o seu talismã social, o seu escudo (muito frágil) contra as diversas formas de humilhações, brutalidades policiais e até contra a possibilidade de uma morte violenta por ser confundido com bandidos.

Não por acaso, um “adolescente trabalhador (negro) assassinado pela polícia” (de qualquer forma, já vítima de brutalidade e violação de direitos por sua subalternidade social) ganha maior

repercussão na mídia (e entre os familiares) do que um “jovem adolescente (negro) sem carteira assinada”. Assim, o adolescente pobre (negro) que “tem carteira assinada” torna-se uma instituição social dignificada pela mídia, posto que funcional no jogo institucional inquestionado de papéis e posições sociais que o mantém subalterno. Todavia, o acesso do jovem negro pobre à “carteira de trabalho assinada” cria uma dignificação enganosa, pois esta pressupõe, paradoxalmente, que é “natural” que existam “adolescentes pobres (negros) que trabalham”, mas considera “absurdo que um trabalhador (negro) seja confundido com bandido”. A situação que está implicada em sua subalternidade social e cultural permanece intocada pela mídia, pois o que importa é proteger a instituição “adolescente pobre (negro) que trabalha” e sua *função social*.

Em 2007, a ONG *VIDA Brasil/Salvador*, o Instituto Steve Biko e o CEAFFRO elaboraram o projeto intitulado **Formação de Jovens nos Novos Paradigmas da Equidade**. Era um dos projetos do *Consórcio Social da Juventude* em Salvador, que envolveu 20 entidades. Neste projeto, foi usada a *Pedagogia da Equidade*, cujo cerne consiste prioritariamente na sensibilização e na valorização da diversidade humana, focando as discriminações raciais, de gênero, por deficiência ou devidas à orientação afetivo-sexual.

Os idealizadores do projeto consideram que o conceito de *equidade* é o mais apropriado para políticas públicas, pois possibilita refletir sobre os impactos que os preconceitos, racismos, machismos e intolerâncias geram nas pessoas, seja do ponto de vista cognitivo, emocional, da auto-estima ou da autoconfiança. Por

consequente, estão implicadas com o conceito de equidade noções de políticas públicas diferenciadas para as comunidades que foram historicamente vítimas de diversas formas de discriminação e, portanto, impedidas de ter o gozo pleno da cidadania e das mesmas condições para contribuir para o desenvolvimento do país. Veja como este tema é tratado no relatório da UNICEF sobre a **Situação da Infância e Adolescência Brasileiras** (2003):

A equidade gera vantagens concretas e simbólicas: confiança, respeito aos direitos humanos, justiça social, participação, não-violência, desenvolvimento auto-sustentável, auto-estima elevada, senso de pertencimento a uma comunidade e nação, formação de um capital social, etc. A iniquidade, ao excluir, desperdiça competências e talentos nas famílias, comunidades e países.

Durante o segundo mandato do presidente Lula, um dos objetivos principais do **Programa do Primeiro Emprego** consistia em criar meios para facilitar o ingresso de jovens no mercado de trabalho. É bom destacar que este programa visava a educar o adolescente da classe baixa *por meio do trabalho*, outorgando-lhe cidadania *por meio do trabalho*. Em outras palavras, visa a adestrá-lo *por meio do trabalho* (*subalterno*) para lhe conferir cidadania. Entretanto, não devemos ignorar fatos como estes: somente 30% dos jovens do *Consórcio Social da Juventude* em Salvador inserem-se efetivamente no mercado de trabalho. Uma das causas do fracasso está ligada à persistência das diversas formas de discriminações ligadas à cor da pele:

Mas essas medidas, anunciadas no início do programa, não conseguiram ser implementadas no período dos quatro anos do



consórcio, e os jovens continuaram enfrentando as mesmas dificuldades para viabilizar o seu ingresso, e os mesmos preconceitos já existentes no mercado do trabalho em relação a jovens negros e pobres... Certas empresas aceitaram selecionar alguns jovens, ressaltando o critério da “boa aparência” para participar da seleção... Os jovens do consórcio, na sua imensa maioria (mais de 90%), eram negros, e constatamos, muitas vezes, que as pessoas de pele mais clara achavam mais oportunidades, principalmente nos empregos de contato com o público. (Depoimento de Damien, Coordenador da VIDA Brasil/Salvador).

Das informações trazidas pelo depoimento de Damien, destacarei uma que parece inscrever-se na longa duração: “*Certas empresas aceitaram selecionar alguns jovens, ressaltando o critério da ‘boa aparência’ para participar da seleção...*”. Kátia Mattoso (1992) já havia destacado que muitos libertos da Bahia oitocentistas viviam os mesmos problemas para se inserir no mercado de trabalho. Na Bahia do século XXI, poucas empresas aceitam contratar pessoas de cor preta para cargos que as colocariam em contato com pessoas endinheiradas. Tal como no século XIX, a preferência nos recrutamentos de empregos do século XXI ainda recaía predominantemente sobre os descendentes de libertos e livres de cor clara.

### Considerações finais

A nossa reflexão foi demonstrando o quanto que capacidades intelectuais e divisões profissionais, salariais, estéticas, éticas e de moralidade/idade ainda estão marcadas por ideias de “raça”, que hierarquizam acesso a oportunidades conforme tonalidade da pele, etnia e

local de moradia. Considerando isso, podemos indagar: Quando as autoridades brasileiras demonstram preocupação com a falta de engenheiros num futuro próximo, será que se questionam sobre os impactos historicamente negativos da *iniquidade* entre os séculos XIX e XXI? Ora, entre negros, não há penúria de competências e talentos quando nos referimos a futebol, música e entretenimento. Então, não seria a *estruturação racial* (mental e concreta) das cartografias da sociedade que constituiriam efetivas “divisões perigosas” para um sonho coletivo de país grandioso?

As recusas de conceder efetiva oportunidade aos jovens de cor preta geram marginalização, que vitima moradores das comunidades periféricas e deixa sequelas profundas e desintegradoras nos planos emocional e cognitivo. Nas políticas públicas brasileiras para o ensino e a inserção do jovem no mercado de trabalho ainda há concepções de “raça” que interferem no aprendizado das crianças, desperdiça talentos latentes e hierarquiza, no “ponto de partida”, os sonhos. Como afirma Leo Spitzer (2001: 16), a *marginalização* constitui uma *situação limítrofe* “entre dois mundos”, cujas barreiras vão revelando ao indivíduo que é impossível a sua integração social no mundo dos dominadores e o acesso aos seus privilégios.

Considerando a configuração social, cultural e histórica do Brasil, penso que os debates sobre *ações afirmativas* e *cotas* possibilitaram a publicação de livros e artigos com novos olhares sobre as suas específicas relações raciais, conferindo uma boa oportunidade para tornar visível o que se tornara invisível por meio do hábito e da opressão. Por isso, com tudo de exitoso, contextualizado ou desfocado que tais

debates podem ter, são importantes porque trazem uma necessária contribuição ao debate sobre “raça” no Brasil, o que afeta diretamente concepções de políticas públicas setoriais.

Diferentemente dos EUA, a discriminação racial pós-abolição no Brasil não se manifestou na instituição jurídica do direito, mas se perpetrou na ideologia e no comportamento da sociedade e na prática das instituições, reverberando no fato evidente de que há uma histórica insuficiência de políticas públicas centradas no princípio da *equidade*, que incluam efetivamente a população negra em projetos de desenvolvimento social que *não hierarquizem* os “pontos de partida”.

Na análise das históricas assimetrias sociais referidas à “raça”, esta não deve ser entendida como uma “coisa”, mas como uma *relação social*, pois dela decorre, na prática, a discriminação e hierarquização de acesso a direitos, sonhos e oportunidades. A histórica marginalização determinada por características fenotípicas – a partir das quais ainda se deduz juízos de idoneidade, capacidade, ética e acesso a cargos, aprendizados e funções – demonstra que “raça” ainda interfere negativamente na configuração de vínculos sociais e na prática efetiva da cidadania plena.

Tudo o que foi dito neste ensaio nos possibilita questionar assertivas do tipo “**Não Somos Racistas**” no título do livro (2006) do jornalista e sociólogo Ali Kamel, atualmente presidente da Central Globo de Jornalismo. Ora,

considerando as possibilidades reais de acesso a determinados tipos de empregos, tal como observamos no caso dos jovens do *Consórcio Social da Juventude* em Salvador, será que é possível afirmar tão peremptoriamente que não se mede capacidades intelectuais, beleza física, inteligência, ética e moralidade a partir do grau de tonalidade da pele, conformação corporal e textura do cabelo? Ou será que, tacitamente, Kamel estaria dizendo que cada um já sabe qual é o seu lugar, o seu papel e importância desde a infância? Não são marcados por racismo os processos e relações sociais que frustram, por exemplo, as expectativas e sonhos de emprego dos jovens do projeto *Consórcio Social da Juventude*?

Por outro lado, quando lemos o livro **Divisões Perigosas: Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo** (2007) e

acompanhamos a exposição de seus

autores nos principais canais de comunicação do Brasil, fica claro que também estão afirmando o respeito a lugares já definidos por herança. Mas será que tais heranças e o respeito dos lugares pré-estabelecidos não iriam contra as demandas contemporâneas da modernidade centradas na premissa dos direitos humanos? Como poderá haver desenvolvimento social, econômica, política e moral quando as cartografias raciais fixam fronteiras simbolicamente, institucionalmente e mentalmente, confinando e deportando milhões de pessoas em diversos planos da vida cotidiana? A persistência dessas cartografias divide irmãos e irmãs a partir dos significados e valores



socialmente atribuídos às suas características fenotípicas – significados e valores que criam assimetria nas relações sociais!

Por fim, pensemos no livro **Gota de Sangue: História do Pensamento Racial** (2009), de Demétrio Magnoli. Antes mesmo de mergulhar na leitura deste livro, o título já parece sugerir que o apego à divisão e hierarquização dos seres humanos em raças criou problemas que culminaram, por exemplo, nos campos de concentração e extermínio de judeus na Segunda Guerra Mundial. Ao pretender abarcar cerca de 200 anos de pensamento racial, tratando das “*invenções, reinvenções e desinvenções*” do mito da raça, o autor parece afirmar que é possível chegar a um pensamento/mundo *pós-racial*. Seria esta a defesa crítica e ética de Magnoli? Contudo, como se pode chegar a um pensamento pós-racial quando se vive imerso em processos e relações sociais que “*inventam e reinventam*”, mais do “*desinventam*”, dispositivos sociais, institucionais e comportamentais que reconfiguram periodicamente fronteiras raciais?

Portanto, o fato de não se conceber hoje que existam *raças biológicas* na humanidade não significa que tenham desaparecido as *relações sociais e práticas institucionais* marcadas por *ideias de raça*, pois estas configuram dispositivos institucionais, sociais e cognitivos (*variáveis no tempo e no espaço*) que continuam gerando situações assimétricas e afetando os modos (*localizados*) de *conceber políticas públicas*, de *figurar distinção social*, de *criar exclusão*, de *constituir memórias de orgulho*, de *conceber narrativas afirmativas de humanidade* e de *dar acesso a serviços e espaços de*

*aprendizado/ensino, a sonhos e a carreiras profissionais.*

#### Referências

- ANTOINE, Yves. **Inventeurs et savants noirs**. Paris: L’Harmattan, 1998.
- BILE, Serge, IGNACE, Audifac. **Et si Dieu n’aimait pas les noirs: Ênquete sur Le racisme aujourd’hui au Vatican**. Saint Malo, 2008.
- BROWN, Paul Fehmiu; DIOUME, Oumar. **Inventeurs et héros noirs**. Québec: Edit. 5 Continents, 1998.
- CLARK, Kenneth B.. **Ghetto noir**. Paris: Payot, 1966.
- COULIBALY, Bassidiki. **Du crime d’être “Noir”**: Un milliard de “noirs” dans une prison identitaire. Paris: Homnisphères, 2006.
- DIOUME, Oumar. **Lumières noires de l’Humanité: Inventeurs, héros, artistes et sportifs**. Dakar, IFAN/UCAD, 2010.
- GLISSANT, Edouard. **Memoires des esclavages**. Paris: Gallimard, 2007
- GLISSANT, Edouard. **Philosophie de la Relation**. Paris: Gallimard, 2009.
- GRIFFIN, John Howard. **Dans la peau d’un noir**. Paris: Gallimard, 1998.
- MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Bahia: Século XIX – Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- ONG VIDA Brasil/Salvador. **Projeto de Formação de Jovens nos Novos Paradigmas da Equidade**. Relatório das ações da Rede de Equidade no CSJ/RMS, 2007.
- SPITZER, Leo. **Vidas de Entremeio: Assimilação e Marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780 – 1945**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: Raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- THEODORO, Mario (org). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.
- THURAM, Lilian. **Mes étoiles noires: De Lucy à Barack Obama**. Paris: Philippe Rey, 2010.
- VERGES, Françoise. **La mémoire enchainée: Questions sur l’esclavage**. Paris: Michel Albin, 2006.